

## APRESENTAÇÃO

Na edição número 26, volume 12 (abril de 2017) a *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária* são publicados 16 trabalhos com as mais variadas temáticas da questão agrária brasileira e mundial, esses envolvendo a estrangeirização de terras, as relações capitalismo e campesinato e campo-cidade, a questão do trabalho, arrendamento, produção camponesa e agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária, educação do campo e questões envolvendo territórios indígenas e quilombolas.

O primeiro artigo “Fortalecimiento de los sistemas agrícolas productivos em la zona de amortiguamiento del Parque Nacional Viñales: una alternativa hacia el desarrollo sostenible de las comunidades rurales” de autoria de Yoel Martínez Maquira, Ignacio H. Diaz-Marroto, Ernesto Mujica Benitez, José Luis Corvea Porras e Ana M. Castro Barrio discutem a ameaça da diversidade biológica terrestre e aquática devido à práticas agrícolas insustentáveis. Tais práticas podem envolver aumento da insegurança alimentar e colocar em risco a redução da pobreza e a melhoria da saúde e do bem-estar humano. Os autores realizaram um estudo sobre a avaliação da participação e integração das comunidades locais no Parque Nacional Viñales (Cuba), e como as alternativas de produção propostas, relacionadas com a agricultura sustentável se desenvolve. Os resultados obtidos foram baseados na participação das comunidades no uso de boas práticas e no fortalecimento dos sistemas agrícolas sustentáveis.

Em “O que é estrangeirização da terra? Breves apontamentos para compreender o processo de apropriação do território por estrangeiros”, Lorena Izá Pereira expõe uma construção teórica que permite o entendimento da estrangeirização de terras como um elemento de um processo global de controle de terras, onde a convergência de crises é o principal impulsionador do processo, os quais envolvem a territorialização do capital e a desterritorialização e reterritorialização de comunidades camponesas.

O artigo “Relações contraditórias entre capitalismo e campesinato no Brasil: uma leitura dialética”, Julio Cesar Pereira Monerat faz um resgate histórico da relação também contraditória do escravismo dentro de uma dinâmica colonial com o campesinato entendido como momento necessário para a compreensão sobre como esse caráter contraditório entre capitalistas e camponeses se desenvolve no tempo presente marcado pela hegemonia do capital. A contradição é ainda analisada tendo como contexto o quadro político recente do país dentro da dinâmica neoliberal e sua complexidade, tendo em vista a incorporação dos camponeses de forma subordinada e dependente no sistema produtor

de mercadorias por meio da chamada "agricultura familiar".

Em "A reafirmação da dialética campo-cidade na produção do espaço: uma leitura dos conceitos a partir da realidade concreta", de Suzane Tosta Souza, Jânio Roberto Diniz dos Santos, Victor Andrade Silva Leal e Fátima Crislaine Batista Rocha, ou autores analisam a intensa relação nos processos de produção dos espaços do campo e das cidades, impulsionada pelas transformações na relação capital *versus* trabalho que se explica na expansão da sociedade urbana e industrial.

No artigo "Territorialização empresarial e ressignificação comunitária na Amazônia maranhense", Raifran Abidimar de Castro e Edna Maria Ramos de Castro abordam como a mineradora Vale S/A e a silvicultora Suzano Papel e Celulose S/A têm utilizado de referenciais simbólicos para ampliar sua capacidade de territorialização em comunidades rurais; respectivamente no Assentamento Francisco Romão, e na Reserva Extrativista do Ciriáco, ambas no Oeste maranhense. Essas empresas utilizam os momentos de relação com as comunidades, bem como dos seus investimentos financeiros, para estabelecerem referenciais simbólicos de dominação; além disso, conseguem se territorializar através da instalação de estruturas arquitetônicas que se tornam símbolos positivos da ação empresarial nos territórios comunitários.

Em "Espaços subalternos e trabalho escravo contemporâneo: migração e vulnerabilidade socioeconômica no Maranhão moderno" Sávio José Dias Rodrigues analisa a vulnerabilidade para o trabalho escravo contemporâneo da mão de obra migrante maranhense tomando a ideia de espaços subalternos e expansão territorial do capitalismo. No contexto, o Maranhão aparece enquanto espaço subalterno do capitalismo brasileiro, fazendo com que na sua modernidade, contraditoriamente, se reproduza o trabalho escravo contemporâneo, que não antagônico ao modo de produção, faz parte dele na sua dinâmica de reprodução.

Em "Regime de enfiteuse e produção do espaço em Aparecida do Taboado (MS)", Letícia Alves Leonardo e Sedeval Nardoque buscam compreender o processo de fundação, por meio de proprietários rurais oriundos dos estados de São Paulo e de Minas Gerais, analisar a contribuição da Igreja Católica na produção desse espaço, assim como, desvendar as formas de extração da renda nas terras de santo por meio do regime de enfiteuse.

No artigo "Os contornos da resistência: agricultura camponesa familiar no limite da expansão do monocultivo de eucalipto no território rural do Bolsão/MS", Mariele de

Oliveira Silva e Rosemeire Aparecida de Almeida abordam as profundas transformações territoriais e ambientais no Território Rural do Bolsão/MS, em especial nas áreas de reforma agrária circunvizinhas às empresas Fibria e Eldorado Brasil provocadas pelo agronegócio do eucalipto. A implantação da empresa tem provocado uma nova reorganização do território, e exigindo novas articulações da agricultura camponesa familiar para permanecer na terra, como a participação de grande parte dos camponeses assentados nas feiras locais e nos mercados institucionais PAA e PNAE.

Em “O PRONERA e a luta por uma educação emancipatória nos assentamentos rurais” de Tamires Aparecida Batista de Oliveira, José Eloízio da Costa, Luciana Chagas Uchôa de Mendonça e Júlio César Pereira Batista, discutem as práticas educacionais no campo destacando o conjunto de iniciativas realizadas em assentamentos rurais pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Considerando o papel do MST, o trabalho centra suas análises na realidade das famílias assentadas, que propiciam um ambiente de aprendizagem associado a um projeto de conscientização política e emancipatória desde a concepção de Assentamento, através da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA

No artigo “Agricultura familiar e juventude rural no Agreste de Itabaiana/SE” de Marcelo Alves Mendes e João Ernandes Barreto Nascimento destacam a relevância da juventude rural para o fortalecimento da agricultura familiar na região Agreste de Itabaiana, ampliando o debate sobre a importância de ações através de políticas públicas para tornar o meio rural mais atraente para essa parcela da população. Conclui-se que a partir do processo de diminuição da população do meio rural brasileiro, é voltada a atenção para a capacitação e fixação do jovem no campo, fornecendo mecanismo como escolas agrícolas e universidades com cursos destinados para a nova realidade da agricultura familiar brasileira, sendo que, verificou-se que mais da metade da população rural jovem possui instrução inferior ao ensino fundamental incompleto, fator que acaba dificultando a vida social e econômica desses jovens agricultores, assim como o acesso aos programas do Governo Federal.

No texto “Os desafios e a realidade da agricultura familiar de Pontes e Lacerda no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos” de Daniel Ricardo Silva Sena, Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin e Sandra Mara Alves da Silva Neves, os autores analisaram a política pública de aquisição e destino final dos alimentos, bem como a dinâmica das entidades envolvidas no PAA. Averiguou-se através dos dados sobre a

aplicação do crédito rural, que a pecuária é a maior beneficiária em relação à agricultura e o PAA, tanto na escala estadual como na municipal, mostrando o panorama do programa no referido município.

Em “Capital humano e tecnologia: análise da produtividade agrícola da Bahia” de Neorley Batista Carvalho, Mônica Moura Pires e Andréa Silva Gomes, o estado da Bahia é analisado no cenário de produção agrícola e se destacado com seus diversos polos de produção que geram desenvolvimento. O objetivo do trabalho foi analisar os ganhos tecnológicos dos cultivos mais representativos da agricultura baiana a partir da estimação das taxas de crescimento da produtividade total de fatores, verificando como a variável capital e tecnologia influenciam e como se comportam nas microrregiões do Estado.

“Educação do campo e as relações étnico-raciais: olhares para o campesinato negro” de Magno Nunes Farias e Wender Faleiro buscam discutir as relações étnico-raciais na Educação do Campo (EC), voltando o olhar para o campesinato negro. Para isso, buscou-se realizar reflexões sobre a importância da Educação do Campo pautar as relações étnico-raciais, pois existe uma carência de produções que relacionam a Educação do Campo e a importância de se tratar essas questões. Tratar as questões das relações étnico-raciais é fundamental para consolidar uma Educação do Campo potente para realizar movimentos contra-hegemônicos nas relações de desigualdade, e para consolidar uma Educação Libertadora.

No artigo “Resistência e conflito nos territórios quilombolas: inserindo intituleamentos ambientais coletivos no debate sobre o reconhecimento de populações tradicionais brasileiras”, de Ana Monteiro Costa, Alexandre Chaves Bezerra e Daniela Dias Kuhn, discutem a importância da inserção de uma dimensão de análise que abarque a compreensão de aspectos ambientais na dinâmica de desenvolvimento das comunidades tradicionais, a partir da análise de duas comunidades quilombolas ameaçadas por grandes obras no Rio São Francisco, principalmente no que tange aos seus intituleamentos ambientais.

Em “Des-re-territorialização e resistência Xavante: o retorno à Terra Indígena Marãiwatsédé” de Aumeri Carlos Bampi, Mara Maria Dutra, Carlos Alberto Franco da Silva e Jeferson Odair Diel abordam a negligência do Estado brasileiro para a proteção jurídica da territorialidade indígena frente à expansão latifundiária e pecuária extensiva que adentrou o território indígena Marãiwatsédé, situado a Nordeste do estado de Mato

Grosso, na região do Baixo Araguaia.

Por fim, o artigo “Aspectos sociais e ambientais da carcinicultura no litoral sul do Rio Grande do Norte, Brasil” de Aline Horácio da Costa Aquino, Karina Ribeiro, Daniele Bezerra dos Santos e Cibele Soares Pontes teve como objetivo avaliar a interação dos micro produtores de camarão do litoral Sul do Rio Grande do Norte junto aos padrões de responsabilidade ambiental recomendados pela Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), como busca da sustentabilidade na carcinicultura.

Boa leitura!

João Cleps Junior

Natália Lorena Campos

Uberlândia-MG, abril de 2017.